

AS DUAS ATLÂNTIDAS E A CONSTITUIÇÃO DOS BALNEÁRIOS NO LITORAL GAÚCHO

Ana Luiza Valle Oliveira

PROPAR – Faculdade de Arquitetura / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

analuiza.1256@gmail.com

RESUMO

O processo de urbanização do litoral do Rio Grande do Sul, cujas características geográficas e climáticas destoam da imagem que tornou as praias tropicais brasileiras conhecidas, se intensificou a partir da implantação de loteamentos privados que visavam atender a procura da população sazonal. As operações que caracterizaram este processo de constituição dos balneários marítimos como local de veraneio vão se concentrar exemplarmente num bem sucedido empreendimento de balneário ex-novo, a Atlântida realizada em 1952. Essa iniciativa foi precedida em treze anos por um anteprojeto de cidade balneária com o mesmo nome, para a mesma região do litoral e tendo como autor o mesmo e reconhecido profissional, o engenheiro Luiz Arthur Ubatuba de Faria. A Atlântida perdida, que não se concretiza, é idealizada pouco antes de o governo estadual assumir seu papel de organizar, regulamentar e fiscalizar os loteamentos para segunda residência, criando o Departamento de Balneários Marítimos. Muitas vezes confundidas na bibliografia disponível, a história peculiar das duas Atlântidas, a perdida de 1939 e a realizada de 1952, é recuperada neste artigo com o objetivo de contribuir para o conhecimento e a compreensão do processo de urbanização e da produção arquitetônica nos locais de veraneio do litoral norte gaúcho. Ambos os projetos estão intimamente vinculados à história da afirmação das disciplinas do urbanismo (final dos 30) e da arquitetura (início dos 50) no sul do país, respectivamente, relação esta que este trabalho também se propõe a apontar. Faz parte de uma pesquisa maior realizada como dissertação de Mestrado, a qual teve como questão final avaliar qual o papel da arquitetura moderna, inseparável da solução urbanística, na configuração daquelas cidades de veraneio.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização do litoral; balneários; arquitetura moderna.

THE TWO ATLÂNTIDAS AND THE BRASILIAN SOUTHERN COAST URBANISATION

ABSTRACT

The northern coast of Rio Grande do Sul has geographic and climate features that differs from the images that made the Brazilian beaches known. Its urbanisation process has been intensified since the implementation of private allotments in order to meet the seasonal population demand. The operations that define this process of constituting seaside resorts as a place for summer vacation are concentrated in a successful endeavour accomplished in 1952, Atlântida. However, this initiative was preceded in 13 years by a project outline for a seaside town for the same region, with the same name and having the same renowned professional, that did not materialize. Both projects are deeply linked to the need for asserting Urbanism as a science and for framing it into the modern architecture for which the resort towns scenario was known in the region during the mid-twentieth century. Often confused in the literature, the peculiar story of the two Atlântidas - the lost one of 1939 and the implemented one of 1952 - is adopted as a central thread to recover the history of the consolidation of the seaside resorts in the South of Brazil. For the purpose of contributing for the understanding of the region's architectural production, this is part of a research that had as its main intention to evaluate what is the role of the modern architecture, inseparable from the urbanist solution, in the settlement of those resort towns.

INTRODUÇÃO

O litoral gaúcho se distingue da vasta costa brasileira por sua linearidade. Em contraste com a riqueza geográfica litorânea dos outros estados, que a partir de Torres até o norte do país é definida por baías, enseadas, e penínsulas com rica vegetação, a longa faixa desértica castigada pelo vento no sul brasileiro configura uma geografia não tropical.

O processo de constituição dos balneários marítimos como local de veraneio no litoral norte do Rio Grande do Sul intensifica-se com a implantação de loteamentos da iniciativa privada a partir do final dos anos 1930, no momento da afirmação do urbanismo como ciência no sul do Brasil. A atuação do poder público, com a criação do Departamento de Balneários Marítimos (DBM) no início da década de 1940, e o trabalho desenvolvido pelo engenheiro Luiz Arthur Ubatuba de Faria foram decisivos para configurar o cenário do veraneio gaúcho das décadas seguintes.

Em 1939, antes de o governo assumir seu papel de organizar o desenvolvimento dos balneários, um grupo de empreendedores contrata o engenheiro Ubatuba para a concepção de um plano modelar para a “cidade balnear” de Atlântida. Visando atender a população sazonal que buscava as novas formas de descanso e lazer associadas aos banhos de mar no verão, o balneário projetado não chegou a ser implantado.

Treze anos mais tarde, em 1952, concretiza-se um empreendimento de cidade balneária planejada ex-novo, que viria a aglutinar exemplarmente um conjunto de circunstâncias e operações de uma modalidade imobiliária que foi regular no processo de urbanização do litoral gaúcho. Também chamada de Atlântida, com projeto assinado pelo mesmo Ubatuba e implantada em trecho da mesma área do anteprojeto precedente, tem sua história confundida na bibliografia disponível.

Este artigo, que faz parte de uma pesquisa mais abrangente apresentada como dissertação de Mestrado em 2015, pretende esclarecer parte da história das duas Atlântidas gaúchas, relacionando-as, respectivamente, com os períodos que correspondem à afirmação das disciplinas do urbanismo (final dos anos 30) e da arquitetura (início dos 50) no sul do Brasil.

OS BALNEÁRIOS GAÚCHOS

O conteúdo simbólico associado às praias e ao modo de apreciar as áreas litorâneas se altera desde as interpretações bíblicas, onde o mar estava relacionado com a imagem de abismo e a praia com o limite e resquício da invasão das águas do dilúvio. De símbolo de emoções negativas de medo, repulsa, de ameaças reais (tempestades, naufrágios) ou imaginárias (monstros marinhos), passa à fonte de atração, saúde e prazer. (CORBIN, 1989)¹.

No Brasil, a institucionalização do saber médico e a posição de prestígio que estes profissionais adquirem na sociedade, com o poder de decidir sobre a insalubridade dos lugares, tem papel fundamental na mudança da apreciação do mar e na valorização das praias como local associado à saúde. Modernidade, razão e ciência são conceitos que estão na origem da indicação das novas práticas de hidroterapia implantadas desde o século XIX, quando se estabelece o hábito das temporadas em estações hidrominerais, estendido para o litoral marítimo em cumprimento às recomendações médicas de banhos de imersão na água fria do mar.

A procura da praia para cumprir a função terapêutica passa gradualmente a ter uma intenção mais hedonista em toda costa brasileira, não diferente do que ocorre nos balneários dos países vizinhos ao sul, Uruguai e Argentina.

É assim também no litoral do Rio Grande do Sul, cujas características geográficas e climáticas destoam das praias tropicais do resto do país. A extensa faixa plana e retilínea de areia contida entre o mar e as dunas conforma uma paisagem que é orgulhosa, irônica ou melancolicamente reconhecida pelos gaúchos como “a maior praia do mundo”.² A paisagem da região que serviu como caminho de tropeiros de gado no século XVIII e foi zona de ocupação de colonizadores açorianos, se altera com o estabelecimento de chalés e pousadas criados para atender à nova população que se instala temporariamente durante os meses de verão (STROHAECKER, 2007).

A ocupação mais efetiva do litoral rio-grandense se deu a partir de empreendimentos imobiliários que se estabeleceram com a compra de fazendas da região, para atender à maior procura dos veranistas, facilitada pela criação das leis trabalhistas, das férias remuneradas para os trabalhadores e pelo estímulo à construção de segunda residência do governo Vargas. Cordeiro de Farias, interventor estadual de 1937 a 43 que priorizava questões sanitárias e de transporte, cria em 1938 o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, o DAER. A melhoria das vias de acesso ao litoral para facilitar o transporte individual (com automóvel) e coletivo rodoviário, possibilitava ao “chefe de família” passar os fins de semana na praia e fomentava a ideia de casa própria, dando outro impulso ao processo de urbanização da região.

Surgem os novos programas do veraneio, que visavam atender às “necessidades” dos veranistas de ócio, repouso, lazer e diversão e às novas formas de sociabilidade que delas implicam. Os clubes, aqui chamados de “Sociedades de Amigos”, as colônias de férias e, prioritariamente, os hotéis-cassino, que funcionavam como âncoras, a primeira construção providenciada pelos empreendedores. Não há nisso nenhum ineditismo, já que esta foi a política de turismo adotada na Europa durante muitos anos e prática corrente em cidades de veraneio no Brasil desde a criação das estações hidrominerais. Assim foi até a proibição do jogo no governo de Eurico Gaspar Dutra em 1946.

¹ Em seu livro *O território do vazio*, que trata do imaginário sobre a praia no Ocidente, o historiador Alain Corbin propõe uma aproximação do desejo da beira-mar propagado entre 1750 e 1840, período que marcaria a “invenção da praia” como local de veraneio.

² A praia do Cassino, com extensão de aproximadamente 245 km entre as cidades de Rio Grande e Chuí, no litoral sul do Estado, que foi indicada como a maior praia do mundo no livro *Guinness de Recordes* em 1994.

Até meados dos 60, em sua maioria, os loteamentos tinham traçado ortogonal e baixa densidade. (STROHAECKER, 2007). O que não corresponde exatamente ao modelo (suburbano) adotado pelos arquitetos modernos para cidades novas planejadas no Brasil no período entre as décadas de 1930 e 40, o urbanismo da cidade-jardim. Segundo Comas: "Os empreendimentos suburbanos se batizam de cidade-satélite ou cidade-jardim para aumentar sua aura de modernidade" (COMAS, 2002). Precede a aplicação dos modelos do urbanismo racionalista que é adotado depois de 1950 para áreas do litoral, dos quais Bruand menciona o projeto de Mindlin para o Guarujá e dos Irmãos Roberto para a península de Cabo Frio e Búzios (BRUAND, 2008).³

O DEPARTAMENTO DE BALNEÁRIOS MARÍTIMOS 4

No início da década de 1940, a intensificação da procura pelas praias, a falta de planejamento e as péssimas condições de urbanização, de higiene e saneamento dos balneários e de seus hotéis, levaram a uma ação mais efetiva de controle pelo Estado. A regulamentação e a fiscalização dos loteamentos para segunda residência se iniciou com a criação de normativas para organizar os balneários, oficializada através de decretos.

O interventor, empenhado em "dotar o Estado de estações balneárias perfeitamente saneadas e salubres em substituição das que existiam, que se apresentavam longe de satisfazer estas exigências" (A URBANIZAÇÃO ..., 1942), cria o Departamento de Balneários Marítimos (DBM). Seu engenheiro chefe, L. A. Ubatuba de Faria, foi então enviado a Montevideu, com o objetivo de estudar a organização das estações balneárias uruguaias, as melhores da América em conforto e em "beleza arquitetônica". Em contato com a Comisión Nacional De Turismo – CNdT⁵, o engenheiro permanece por 27 dias no país vizinho, "trazendo copioso material para os estudos iniciados". No mesmo ano de 1942, Ubatuba profere uma conferência na Sociedade de Engenharia sobre a urbanização dos balneários. Já em dezembro de 1943, data próxima ao período de veraneio, em outra conferência na Sociedade de Engenharia (BALNEÁRIOS..., 1943), o engenheiro mostra projetos para locais de veraneio, seguindo a mesma linha de seu projeto de 1939, tratado a seguir.

Personagem fundamental desta história dos balneários, Ubatuba (1908-1954) atuou como profissional na iniciativa privada e em órgãos públicos. Seja produzindo relatórios ou promovendo palestras, entrevistas e exposições em Porto Alegre durante os anos 30, Ubatuba foi figura reconhecida e respeitada no noticiário local. Foi funcionário da Prefeitura e formado na Escola de Engenharia em 1932, escola onde começou o ensino de urbanismo em Porto Alegre, quando ainda não existiam cursos de arquitetura. Adepto da igreja positivista (ROVATTI, 2001), foi como docente da Faculdade de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA) e do primeiro Curso de Especialização em Urbanismo que esteve desde cedo ligado aos primeiros arquitetos formados na cidade. Trabalhou na elaboração de vários planos e estudos urbanos para a capital do Estado, alguns deles ao lado do colega Edvaldo Pereira Paiva.

A carreira de Ubatuba, portanto, se enquadra na constatação de Leme (2005, p.20), de que houve uma "[...] especificidade na atuação do profissional de urbanismo e de planejamento urbano no Brasil [...]", que se vinculava profissionalmente às instituições de ensino e ao serviço público, sustentando o debate entre discurso, proposta e realização. Com relação ao litoral, sua atuação foi ainda mais notável. Além de dirigir o Departamento de Balneários Marítimos, Ubatuba propôs intervenções parciais e elaborou projetos de loteamentos para vários balneários, em período que corresponde ao que Leme (2005, p. 26) classifica como segundo período da trajetória do planejamento urbano no Brasil, de 1930 a 1950, onde se observa "[...] uma nova fase de afirmação do urbanismo no âmbito da universidade [...], a consolidação enquanto área de conhecimento e de prática profissional." Contatos diretos com urbanistas da época, publicações e outras formas de difusão e transferência de ideias do "urbanismo moderno" eram correntes então.

Mas antes mesmo que o Governo tomasse as medidas para organizar o desregrado processo de urbanização do nosso litoral, uma iniciativa particular veio marcar a história da urbanização da costa marítima gaúcha e sua vinculação com as ideias do urbanismo e da arquitetura modernos.

Aquilo que muitas vezes é referido em artigos científicos, teses e outras publicações sobre temas afins como sendo um mesmo plano urbanístico ou projeto de loteamento para o balneário de Atlântida, na verdade são dois empreendimentos distintos. A causa da confusão pode ter sido favorecida por, pelo menos, três relevantes coincidências: por ter sido escolhido o mesmo nome para o balneário, a sua localização, e o fato de que ambos tiveram como autor do projeto o Engenheiro Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o que não é pouco. Os empreendimentos foram tratados em dois momentos diferentes, dentro de um período de aproximadamente treze anos, 1939 e 1952, com soluções de projeto distintas e diferentes protagonistas. E apenas o mais recente foi concretizado.

A ATLÂNTIDA PERDIDA

Entre 1938 e 39, a estrada ligando Porto Alegre a uma das praias mais próximas da capital, a mais procurada pelos primeiros banhistas, Tramandaí, estava em fase de conclusão pelo DAER, fato que incrementou significativamente o número de veranistas naquele verão. E foi em maio de 1939 que Gabriel Pedro Moacyr, representante de um consórcio de

⁴ A pesquisa em fontes primárias sobre a documentação oficial do estado ficou prejudicada pela indisponibilidade de acesso aos arquivos da Secretaria de Estado, responsável pela sua guarda dos documentos.

⁵ Criada em 17/08/1933, institucionalizou a atividade turística no Uruguai, país modelo em turismo balneário.

empresas⁶, entregou ao interventor interino do Estado, Miguel Tostes, um requerimento de concessão para construir uma cidade balneária. A solicitação foi acompanhada de relatórios e plantas do loteamento e amplamente divulgada na imprensa local.⁷ O pedido de concessão e o plano foram aprovados pela Prefeitura de Osório, Município sede, e pelo Governo Estadual, em ato assinado em 25 de novembro de 1939, juntamente com o decreto lei que estabelecia o novo regime para as praias. A empresa Atlântida Cidade Balnear Ltda, recebia assim apoio oficial para sua execução, noticiada com certo ufanismo no Diário de Notícias que se refere a “[...] cidade balnear monumental, talvez a mais perfeita da América do Sul, graças ao apoio oficial [...]” Encerra assim a matéria:

Assim dentro de muito breve tempo, veremos surgir em um dos mais lindos recantos de praia, moderna, engalanada pelas linhas, esplendente de vida e de encanto, a cidade que, por certo, será a mais aprazível [sic] estação de veraneio do Rio Grande do Sul – a Atlântida, - convertendo-se assim em realidade, o milagre da ressurreição, do fundo misterioso e ignoto do Atlântico, da cidade milenária, tão ansiosamente buscada pelos sábios e pelos navegadores. (A CIDADE ..., 1939).

O anteprojeto para “Atlântida, cidade balnear”, assinado pelos engenheiros Ubatuba de Faria e Moacyr, foi publicado no número 30 de outubro de 1939 do Boletim da Sociedade Engenharia do Rio Grande do Sul, com o subtítulo: Projeto de um novo balneário entre Capão da Canoa e Tramandaí. Com 31 páginas de texto e ilustrações que incluem fotos da região, gráficos e cópias de perspectivas aquareladas a voo de pássaro⁸, o trabalho apresenta uma justificativa baseada nas questões dos hábitos “da vida moderna”, de vida ao ar livre, sol e ar puro, prática de esportes aquáticos, enquanto critica as “caóticas” condições dos “intoleráveis” balneários do Rio Grande do Sul, aludindo à falta de planejamento durante seu crescimento. O argumento empregado é de que a criação de um novo balneário “auxiliado pelo Governo” despertaria a concorrência dos balneários tradicionais, implicando no saneamento de toda costa, sem os altos custos que uma adequação dos existentes exigiria.

A estrutura de apresentação do anteprojeto sobre os temas estudados e sobre as proposições, acompanhada das justificativas, desenhos e fotos, de maneira geral está organizada em três partes: a inicial, que apresenta a região sob aspectos físicos, climáticos, geográficos; a segunda, que apresenta a concepção do Plano; e a terceira, que trata dos equipamentos e da infraestrutura. A construção dessa estrutura pode ser livremente comparada com a do Plano Agache para o Rio de Janeiro, Plano esse que foi referência assumida por Ubatuba e seu colega Edvaldo Pereira Paiva em seus estudos para Porto Alegre, realizados entre 1936 e 38, na gestão de Loureiro da Silva.

Ubatuba explicita na Memória do anteprojeto algumas referências adotadas. A primeira parte, intitulada Origem do Projeto, inicia com uma citação do “senhor” Pierre Remaury⁹

Antes de fixar os limites de uma zona a urbanizar, é preciso compreender as razões que justificam sua formação, de ordem [sic] moral, social, ou mesmo sentimental, que de ordem técnica ou econômica. (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, p. 271).

Após a apresentação e antes de entrar na proposta, nas “Rápidas Considerações Sobre a Zona Litoral Norte - Estudo da Zona em que será Localizado o Novo Balneário”, o autor justifica a escolha da área principalmente pelo aspecto da salubridade, reforçando as funções terapêuticas dos banhos de mar. Todos esses temas são ilustrados com gráficos, diagramas e fotos, de acordo com os preceitos do urbanismo-ciência da época.

Em seguida vem a segunda parte, intitulada “Estudo Geral do Projeto”, onde a “Concepção do Projeto” inicia mais uma vez com a citação de um urbanista, o francês da Société Française des Urbanistes (SFU), Pierre Lauga. É um comentário sobre as conclusões dos delegados de diversos países participantes do último Congresso Mundial de “Loisirs et Recreation”, onde o papel do urbanista é ressaltado como aquele profissional capaz de organizar no espaço as diferentes atividades de lazer e descanso.

*É preciso nos momentos de ócio e recreação mais do que em qualquer outra atividade humana, que a solidariedade constitua a regra [...].
É o urbanista que pode classificar sobre o sólo [sic] todas essas necessidades diferentes. O meio mais próprio para obter tal resultado está contido nas três palavras: ‘Pôr em ordem’”. (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, p. 281).*

O anteprojeto adota um traçado convergente para o centro do núcleo bem destacado, para onde confluem três vias. A principal é uma *parkway* com canal ladeado de taludes nos moldes aplicados por Saturnino de Brito como elemento estruturador em seus planos urbanísticos e de saneamento, chamada Avenida Central. As outras são estradas que ligam o núcleo ao porto na lagoa dos Quadros e a Osório, a sede do município. A Avenida Central perpendicular ao mar tem sua perspectiva interrompida a partir da interseção com a principal via paralela à orla. Essa interrupção de perspectiva talvez remeta a Camilo Sitte, “o traçado das ruas, praças e interseções sempre obedece às leis do urbanismo pitoresco medieval, ou seja, uma rua sempre termina em uma barreira significativa.” (PANERAI, 2013, p. 56).

Além da representação em desenhos, Ubatuba descreve no texto a hierarquia das vias e seus gabaritos, recuos obrigatórios de 4,00m e prevê a criação de espaços livres e arborização: “árvores que baloçam ao vento, flores de colorido

⁶ Fischer, Martins e Cia, Dahne, Conceição e Cia., Companhia Técnico Comercial Limitada – Correio do Povo de 12/05/1939. Os desenhos e perspectivas do plano seriam de Erwin Brandt da Dahne, Conceição.

⁷ Moacyr teria solicitado a indicação de algum engenheiro da prefeitura para elaborar o plano do novo balneário ao então Intendente nomeado de Porto Alegre, Loureiro da Silva, que indicou o nome do engenheiro L. A. Ubatuba de Faria, funcionário na Prefeitura que participou de diversos estudos e planos urbanísticos para a cidade durante a sua administração.

⁸ Segundo o Prof Dr. Sérgio Marques, em depoimento prestado à autora.

⁹ Pierre Remaury trabalhou com Henri Prost no *Projet d'aménagement de La Region Parisienne*, apresentado em 1934.

variegado, cheiro de terra fresca, tudo isso é um poderoso sedativo para os nervos abalados na luta pela vida”. (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939).

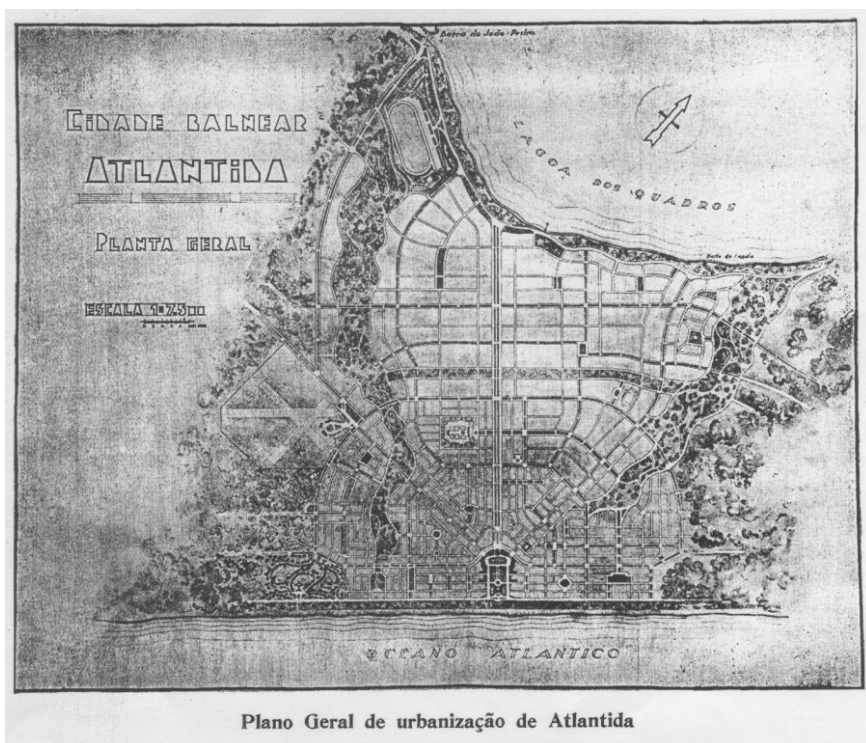


Figura 1. Planta Geral do anteprojeto para a Atlântida de 1939, a ser implantada entre o mar e a Lagoa dos Quadros. Fonte: UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30 Outubro de 1939, s/p.

A arborização de vias, as zonas de parques e de praças verdes são indicadas nas plantas, nas perspectivas e nos gabaritos que fazem parte da publicação. Duas dessas largas faixas de vegetação penetram em cunha, da lagoa até a via que se poderia chamar aqui de primeira perimetral. Unindo as duas, uma faixa verde mais estreita paralela à praia. E ao longo das duas orlas, a da lagoa e a do mar, outras duas faixas verdes. Esse conjunto poderia ser descrito como um *park system*, da forma que Abreu Filho descreve como parte da estratégia que seria adotada por Arnaldo Gladosch para Porto Alegre em seu plano de 1943, na criação de parques ligados por áreas verdes e *parkways*, como também de parques periféricos que se ligam ao centro por meio do esquema proposto por Bruno Möhring¹⁰, de faixas verdes de penetração em cunha.

Uma via paralela à praia se deforma em curva próxima ao cruzamento para definir o limite noroeste do núcleo central, numa forma que vai ser retomada no “Parque Central” do plano de 1952. Nesta curva se dá a inflexão das duas vias radiais, que a partir daí seguem ortogonais à praia, fechando a perspectiva e definindo os contornos norte e sul do centro único. Todas elas com canteiros centrais. Há dois pontos focais no eixo de simetria do centro: um que, na perspectiva, aparenta ser um templo. Na extremidade oposta, junto à Avenida Beira Mar, a *Prima Donna*: o Grande Hotel Cassino. Que o urbanista apresenta no texto como “a razão de ser da nova cidade”.



Figura 2. Imagem do hotel cassino “a razão de ser da nova cidade, ponto focal do plano localizado no eixo da Avenida Central, junto à orla. As vias do entorno são detalhadas, a cidade ao redor e a serra ao fundo. Fonte: UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30 Outubro de 1939, s/p.

¹⁰ Ubatuba pode ter conhecido o trabalho de Bruno Möring e Richard Petersen, e a “penetração em cunha”, por meio do Estudo para o Plano de Avenidas de Prestes Maia. Os dois autores mais Nelson P. Lewis são as referências de Maia ao tratar das noções de sistema de *parkways* e parques, uma ideia norte americana. (ROVATTI, 2001, p. e ABREU FILHO, 2006, p. 164). Elementos que foram utilizados por Ubatuba nos dois projetos.

Implantado na extremidade do núcleo central que fazia a avenida beira-mar, a única imagem do hotel que consta do documento é uma perspectiva externa da edificação em primeiro plano, as vias de entorno detalhadas, a cidade edificada ao redor e a serra ao fundo. Com linhas da arquitetura que foi predominante em Porto Alegre a partir da Exposição do Centenário Farrroupilha de 1935, tão ao gosto dos arquitetos atuantes na capital na década posterior, mostra uma referência naval muito sutil, especialmente se comparada ao hotel da *Atlântida* do Uruguai, país em que predominou no período a arquitetura dos chamados “edifícios barco” (CUNHA, 2012).

Outro tema tratado na Memória como problema da nova cidade balnear é o loteamento. Depois de denunciar a estratégia especulativa utilizada pelos antigos loteadores, usando expressões como ganância, argúcia e “artimanha de vendedor que abusaria do incauto candidato a comprador de lotes”, Ubatuba explica os critérios para o dimensionamento adotado, onde propõe 1700 lotes para cinco pessoas cada, com área mínima de 350 m².

O loteamento sempre foi o pomo da discórdia entre o urbanista e o proprietário das terras a serem utilizadas. O ponto de vista econômico e acanhado desses últimos, exigindo sempre mais lucro com o mínimo de gastos, deu origem a que, vendida uma pequena porcentagem dos terrenos, a vila projetada com tão grandes esperanças de lucros paralisasse na sua evolução e modificasse o seu aspéto [sic]. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 287).

O “Plano Central do Loteamento” está representado numa planta da área central na escala 1:2.500, prevista como primeira etapa para atender 10.000 pessoas. Detalhada com a marcação dos lotes, todos numerados mas não cotados, apresenta outros elementos que podem ser deduzidos a partir das cópias impressas em pequena escala, o que dificulta bastante a leitura e pode induzir a equívocos na análise e interpretação.

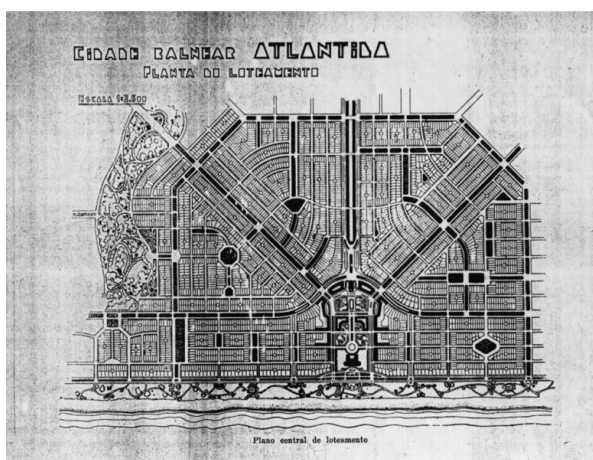


Figura 3. Plano Central do loteamento em escala 1:2.500. É o detalhe ampliado do núcleo central do Plano, da área a ser implantada inicialmente para 10.000 veranistas. Há pequenas alterações de traçado e indicação dos lotes.

Fonte: UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30 Outubro de 1939, s/p.

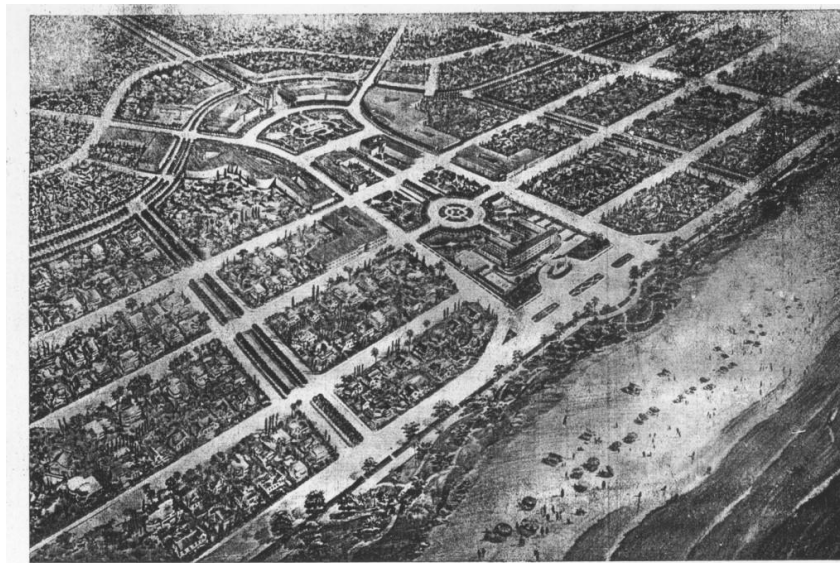


Figura 4. Perspectiva da área de implantação inicial, destacando o núcleo que tem o hotel como ponto focal. A parkway longitudinal sinuosa e as transversais, as vias convergentes e os edifícios na borda dos quarteirões da Avenida Central.

Fonte: UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30 Outubro de 1939, s/p.

Arriscando algumas conclusões a partir das imagens, identifica-se nas duas plantas em escalas diferentes e nas duas perspectivas apresentadas que as edificações implantadas nos perímetros de quarteirão, com altura de dois ou três pavimentos, conformam as vias de contorno do núcleo central e das duas vias principais perpendiculares ao mar. Essa ideia será mantida no Plano executado de 1952, onde a construção de edifícios em altura (três pavimentos) e a possibilidade de uso comercial, permitidas apenas ao longo da avenida central e das bordas dos parques. Talvez uma aplicação da ideia do edifício que forma a cidade encontrada em Agache (LEME, 2005, p. 26). E talvez o autor adote a “afirmação morfológica dos centros com edifícios mais altos, praças ou com a combinação de ambos”, princípios que Panerai (2013, p. 195) afirma terem sido testados por Unwin em Hampstead e publicados em *Town-planning in Practic*.

Num período em que o modelo de cidade jardim entra em pauta para novas cidades ou para extensão das existentes, e que foi adaptado para cidades de veraneio no Brasil como na Argentina, o autor esclarece na Memória do plano da primeira Atlântida:

Em virtude da porcentagem elevada de espaços livres, poderíamos classificar Atlântida como cidade-jardim; no entanto, ela, no seu traçado e disposição de lotes não possui todos os característicos que lhe faculte tal classificação. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 287).

Finalmente, as intenções declaradas do empreendimento são explicitadas na conclusão do Memorial:

Atlântida se erguerá como realidade viva e feiticeira, vibrante de sol, de colorido, de vegetação, sobre as bases sentimentais dum desejo sincero e veemente de realizarmos verdadeira obra social. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939).

A ATLÂNTIDA REAL

A cidade balnear de Atlântida de 1939 não foi realizada, por motivos que devem ser melhor investigados. Porém, treze anos mais tarde, em fração da mesma área entre o balneário já consolidado de Capão da Canoa e onde se implantaria o loteamento de Capão Alto (futura Xangri-lá)¹¹, concretiza-se um empreendimento bem sucedido de novo balneário que recupera algumas das particularidades que envolveram seu antecessor.

O momento político era o da transição do governo de Eurico Gaspar Dutra para o retorno, via democrática, de Getúlio Vargas. No Estado, Ernesto Dornelles voltava ao poder eleito como Getúlio, depois de ter sido interventor federal na década de 1940. Outras circunstâncias que distinguem a oportunidade da realização de Atlântida da sua precursora são as intenções dos incorporadores e a existência de balneários bem constituídos na vizinhança são.

Na correlação entre os dois momentos de afirmação das disciplinas urbanismo e arquitetura moderna e os dois respectivos projetos estudados, nota-se que, se no período em que foi proposta a “cidade balnear” de 1939 os profissionais habilitados eram os engenheiros formados na Escola de Engenharia, o ambiente em que se desenvolve o Plano para a Atlântida realizada será outro.

Até meados dos anos quarenta, não havia cursos de formação de arquitetos no Estado e a prática profissional era exercida por arquitetos estrangeiros vinculados a escritórios de engenharia e construtoras. Os dois primeiros cursos se estruturaram em meados da década de 1940 e se fundem, na Faculdade de Arquitetura da universidade federalizada em 1952, ano da implantação de Atlântida.¹² Nosso protagonista Ubatuba novamente entra em cena, exercendo outra relevante função, a de docente. Professor do curso de arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA), ele conviveu com alguns dos mais importantes profissionais do urbanismo e da arquitetura moderna porto alegreense. Em 1947 ajudou a criar o Curso de Urbanismo do mesmo Instituto, previsto para arquitetos e engenheiros formados.

E será em Atlântida e arredores que alguns dos arquitetos envolvidos nesse processo, professores, alunos e jovens profissionais formados nas primeiras turmas, terão a oportunidade de exercer sua atividade profissional. A criação dos cursos, a instalação do Departamento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), os concursos de projeto e a abertura da carreira de arquiteto nas funções públicas compõem o ambiente em que se dará a introdução da arquitetura moderna brasileira da vertente carioca na região, quando esta já desfrutava de reconhecimento internacional.

Uma matéria publicada da Revista do Globo¹³ para divulgar a realização do II Congresso Brasileiro de Arquitetos em Porto Alegre, em novembro de 1948, ilustra um ponto de vista que alardeia “a pobreza e o atraso de nosso Estado na matéria [...]” (KREBS, 1949, p. 46): “E nós, gaúchos, em arquitetura, somos ainda uns guascas a projetar e construir pelo gosto [sic] e pela técnica do princípio do Século.”¹⁴ No Congresso estavam presentes nosso personagem principal, Ubatuba de

¹² Em 1944 é criado o primeiro curso de arquitetura dentro do Instituto de Belas Artes (IBA), que formaria sua primeira turma em 49. Tinha como modelo a Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro. Logo após, é criado Curso de engenheiros-arquitetos da Escola de Engenharia, cujo modelo era a Escola Politécnica de São Paulo. (ALMEIDA, 2005, p. 115).

¹³ A Revista do Globo incluía matérias sobre várias manifestações culturais para um grande público leigo, inclusive arquitetura. Fato raro, praticamente inexistente em nossos dias na imprensa gaúcha.

¹⁴ Carlos Galvão Krebs estudou no Instituto de Belas Artes, onde conviveu com os profissionais e estudantes, artistas e arquitetos e atuou como jornalista.

Faria, e vários outros personagens dessa história.¹⁵ Segundo Ribeiro (1987), o surgimento e desenvolvimento da arquitetura moderna e a afirmação da arquitetura como disciplina autônoma no sul são duas causas indissociáveis que ocorrem após o Estado Novo. “[...] é praticamente impossível discriminar, num balanço desse período, o que cabe à arquitetura moderna do que cabe à arquitetura simplesmente.” (RIBEIRO, 1987, p.30).

No início dos 50, as tentativas de aplicação de pilotis, os recorrentes telhados “asas de borboleta”, as paredes trapezoidais e os cobogós são alguns dos clichês associados ao “moderno” que foram amplamente adotados pelos projetistas de residências unifamiliares, clubes, colônias de férias e hotéis das praias. Muitos dos projetos arquitetônicos executados naquele período foram estruturadores do cenário do veraneio dos gaúchos após 1950. São manifestações que denunciam as referências de seus autores e a intenção de estarem conectados com o que havia de mais atual, naquele momento em que os balneários se apresentavam como importante oportunidade de exercício da nova profissão.

Nesse contexto, o processo de criação e implantação do balneário de Atlântida em 1952 acumula uma série de aspectos que foram recorrentes na implantação de cidades de veraneio. Uma delas é a figura do pioneiro, do empreendedor visionário, recorrente em operações imobiliárias desse tipo, que no nosso caso é representada por Antônio Casaccia, principal articulador e incorporador da Atlântida S.A. Balneários. Filho de imigrantes italianos, o comerciante Casaccia descobriu e se entusiasmou com o Uruguai, país referência na qualidade urbana dos balneários, a partir de viagens de trabalho, passando a frequentar suas praias com a família nos verões de 1947 a 1950 (BERTOLUCI, 2012, p. 9-11). O que talvez distinga Casaccia de seus antecessores nas operações imobiliárias já corriqueiras na região é a sua figura entusiasta e incentivadora dos profissionais e técnicos na condução do processo assumido de implantar um balneário mais qualificado. Em 11 de maio de 1951, reuniu um grupo de empresários e prováveis investidores para apresentar seu plano de criação da empresa loteadora que implantaria o novo balneário de Atlântida. A compra das terras para implantação do balneário foi feita com os recursos obtidos pela venda de ações da ASAB.

A contratação do profissional experiente, Ubatuba de Faria, para elaboração do plano do loteamento é mais um ponto em comum com diversos outros balneários da região, apesar das suas peculiaridades. Não foram encontrados registros sobre como se deu o contato entre Ubatuba e Casaccia. Em seu livro de reminiscências sobre Atlântida, a filha de Casaccia credita a Ubatuba uma citação, sem referenciar a fonte, em que ele afirmaria ter sido procurado pelos idealizadores do balneário sem que os mesmos tivessem conhecimento do seu Plano de Urbanização anterior, e que teria sido mera coincidência a escolha de seu nome (BERTOLUCI, 2012, p.24). Difícil imaginar que Casaccia ou seus sócios ignorassem a figura do engenheiro urbanista que desde o final dos anos 1930 estava ligado à concepção de planos e loteamentos para balneários privados e que exerceu função pública no Departamento de Balneários Marítimos do Estado. E é especialmente estranho pelo fato de que o Plano de um balneário chamado Atlântida, elaborado por Ubatuba alguns anos antes, tenha sido amplamente divulgado na imprensa em 1939.

Já a “inspiração” nos balneários uruguaios, é ressaltada no noticiário da época do lançamento do loteamento, valorizando aspectos que proporcionariam melhor qualidade em relação aos balneários existentes. Mais uma vez segundo depoimento da filha do empreendedor (BERTOLUCI, 2012, p. 24), o nome Atlântida teria sido inspirado no do balneário homônimo do litoral do Uruguai, onde a família veraneou algumas vezes. Comprovadamente, Casaccia era frequentador do litoral uruguaio e tinha intenção de trazer para seu Estado aqueles modelos de balneários.

O programa de hotel-âncora em Atlântida, precedendo o loteamento para atrair turistas, seguiu o modelo estabelecido desde as pioneiras praias europeias do XIX, como já citado. Há ineditismo, porém, na proposta de um grupo privado adotar o sistema de concurso público, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil -IAB, para escolha do projeto.¹⁶



Figura 5. Foto da apresentação da maquete do projeto vencedor do concurso organizado pelo IAB para o Hotel Atlântida, em 1951. O autor era o arquiteto Mauro Guedes de Oliveira, formado em 1949.

Fonte: BERTOLUCI, 2012, p. 39.

¹⁵ Entre os nomes citados estão: Jorge Machado Moreira, Hélio Uchoa Cavalcanti, Fernando e Francisco Saturnino de Brito, Eduardo Corona, Carmem Portinho do Rio de Janeiro e Eduardo Kneese de Melo e Ícaro de Castro Melo de São Paulo, além dos gaúchos Ubatuba de Faria, Edvaldo Pereira Paiva, Ernani Correa, Edgar Graeff, RiopardensededeMacedoeTassoCorrea.

¹⁶ O primeiro lugar coube ao projeto efetivamente executado, e hoje demolido, de autoria da equipe de Mauro Guedes de Oliveira; o segundo a Fernando e Luis Fernando Corona, com participação de Carlos Fayet, e o terceiro a Demétrio Ribeiro, tendo Enilda Ribeiro como desenhista. Todos eles importantes nomes da história da arquitetura moderna de Porto Alegre.



Figura 6. Foto do Hotel Atlântida, construído em 1952 em tempo recorde e foi a primeira obra do novo balneário.
Fonte: Arquivos Nélide C. Bertoluci

Como inovação, a Atlântida realizada é o primeiro balneário do sul brasileiro que, ao se estabelecer a partir do vazio, tem um Plano de Urbanização que prevê lotes mais amplos, zoneamento de comércio e serviços; sistema de áreas verdes composto de parque longitudinal disposto em faixa paralela à praia, dividindo as zonas residenciais, ligado a parques-corredores perpendiculares à orla, com alamedas para pedestres e função de drenagem de águas pluviais; rede viária hierarquizada; hidráulica e distribuição de água tratada; estação de energia elétrica e sistema de telefonia; zoneamento para habitações coletivas ao longo de Avenida Central, como no anterior, e nas testadas de corredores, os chamados parques II e IV. Os dispositivos de controle urbanístico estavam incluídos no contrato de compra e venda. Ali estariam definidas as normas e parâmetros a serem atendidos pelo comprador do terreno, de atividade, altura, recuos, etc. O que parece ter funcionado até meados da década de 1960, quando se oficializa um Plano Diretor, referido como o primeiro do litoral.

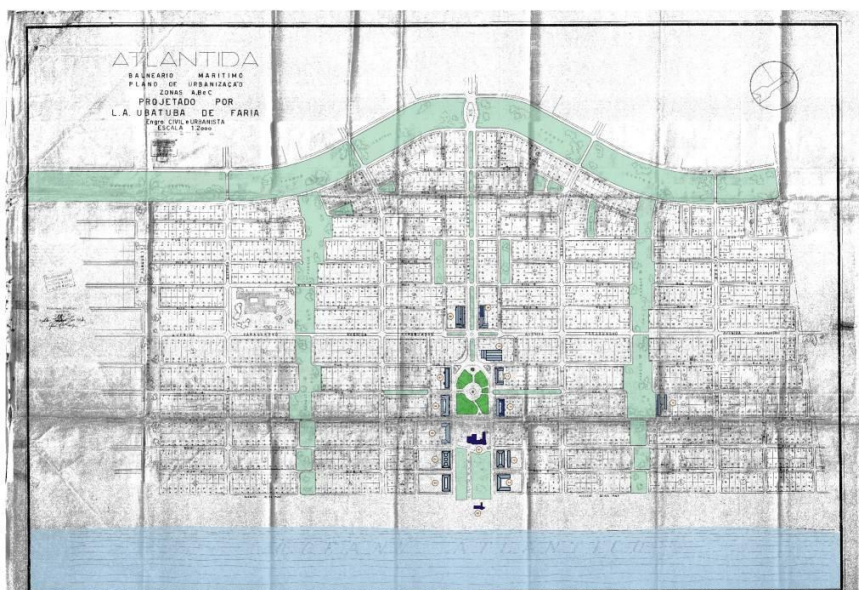


Figura 7. O Plano de 1952, que preserva de forma simplificada e esquemática parte da estrutura do traçado do Plano anterior. Em verde, o sistema de praças e parques.
Fonte: Arquivos Atlântida S.A. Balneários, digitalizado e colorido pela autora.



Figura 8. Foto aérea s/d, presumivelmente da década de 1970, onde aparecem, além dos primeiros edifícios residenciais construídos nos anos 50, alguns outros posteriores, completando o entorno da Praça e da Avenida Central. Fonte: BERTOLUCI, 2012.

As informações contidas nas plantas protocoladas para aprovação na prefeitura de Osório são sucintas. Ubatuba já havia falecido (1954), mas foi mantido o crédito da sua autoria nos selos do Plano de Urbanização: “projetado por L. A. Ubatuba de Faria - engenheiro civil e urbanista”. Não há legendas ou convenções de regimes volumétricos, usos, índices ou recuos. O Memorial Descritivo disponível, elaborado com o objetivo de atender a legislação para aprovação e para Registro de Imóveis (RI), também não faz referências a gabaritos de vias ou de alturas, usos ou qualquer outro condicionante. O que se constata é que Ubatuba preserva a ideia de que os edifícios conformem as vias do núcleo central. Nas testadas dos quarteirões que fazem frente à Praça, o remembramento de conjuntos de quatro lotes de 15 ou 18 m de testada criam os terrenos maiores para acomodar edifícios que configuram o espaço da via principal do balneário. A relação arquitetura e cidade permanece valorizada na Atlântida construída, consolidada ao longo dos anos e, até hoje, parcialmente preservada em sua volumetria.



Figura 9. Foto s/d da Praça a partir do hotel com os primeiros edifícios residenciais construídos, o arruamento, a pavimentação das vias e passeios concluída e a praça ainda sem tratamento paisagístico. Fonte: Arquivos Nélide C. Bertoluci.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da constituição do litoral norte como local de veraneio e da urbanização dos balneários gaúchos, representada pelos projetos para as duas Atlântidas, está intimamente vinculada à história da afirmação do urbanismo e da produção de arquitetura moderna no Rio Grande do Sul.

Em comparação com a cidade balnear de 1939, o Plano de Atlântida que se efetiva é uma esquematização, proposto para outro público, com uma estrutura convencional que visa um equilíbrio de densidade e traçado. O que pode ser identificado na relação entre áreas verdes, espaços abertos e construídos. A adoção de um modelo mais singelo, sem discurso, é uma adequação simplificada, mas foi única nos empreendimentos daquela região. A relação original entre arquitetura e cidade permanece valorizada na área central da Atlântida construída.

Os primeiros edifícios de Atlântida, aprovados na Prefeitura de Osório nos anos 1950, são de autoria dos novos arquitetos do Rio Grande do Sul, aqueles que viriam a se destacar na produção da Arquitetura Moderna de Porto Alegre. Remo José Irace, Emil Bered, Salomão Kruchin e Mauro Guedes de Oliveira, autor do projeto vencedor do concurso para o hotel, todos formados em 1949 na primeira turma da arquitetura do Instituto de Belas Artes, são alguns dos nomes que terão em Atlântida a oportunidade de exercer sua atividade e conformar a nova cidade, de configurar o espaço urbano a partir do zero, seguindo os condicionantes estabelecidos no plano de Ubatuba. Feira do centro há um edifício projetado por Edgar Graeff em barra simples. Gaúcho formado na FNA do Rio de Janeiro em 1947, Graeff atuou como professor nos primeiros cursos e foi um dos precursores da arquitetura da escola carioca em Porto Alegre. Não há entre eles projetos arquitetônicos notáveis, de qualidade excepcional, nem grandes inovações, mas seu principal valor está em serem trabalhos bem cuidados, que contribuíram para configurar a cidade de forma equilibrada.

O processo de degradação das cidades balneárias do Rio Grande do Sul, a verticalização inapropriada e o avanço da substituição tipológica de edificações adequadas por outras especulativas de qualidade arquitetônica duvidosa valorizam ainda mais a exemplaridade e o interesse pelas duas Atlântidas. Seus projetos são representativos de um outro processo de urbanização, no qual a realização de empreendimentos que visavam, sim, o lucro, não impediu o estabelecimento de relações harmônicas entre urbanismo, arquitetura e natureza. Compõem um importante objeto de pesquisa quando se pretende avaliar de que forma a arquitetura moderna contribuiu na constituição dos balneários do Rio Grande do Sul, e sobre o muito que ainda há para ser estudado.

REFERÊNCIAS

- ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. Porto Alegre como cidade ideal. Planos e Projetos urbanos para Porto Alegre. Porto Alegre: Tese de Doutorado em arquitetura, PROPAR/UFRGS, 2006.
- ALMEIDA, Maria Soares de. Gestores da cidade e seus regulamentos urbanísticos: Porto Alegre de 1893 a 1959. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). Urbanismo no Brasil – Salvador: EDUFBA, 2005. p.102 – 119.
- BERTOLUCI, Nelide Casaccia. Atlântida 60 anos. Porto Alegre: [s.n.], 2012.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Preciso das Brasileiras. Sobre um passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & cia, 1936-45. 2002. Paris: Tese (Doutorado em Arquitetura) Universidade de Paris VIII, 2002.
- CORBIN, Alain. O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KREBS, Carlos Galvão, II Congresso Brasileiro de Arquitetura. In: Revista do Globo: Porto Alegre, ano XXI, nº 478, p. 46-49, 05 mar 1949.
- LEME, Maria Cristina da Silva. (Org.). Urbanismo no Brasil 1895-1965. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.
- PANERAI, Philippe et al. Formas urbanas: a dissolução da quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- RIBEIRO, Demétrio. A arquitetura no período 45-60. In: XAVIER, A.; Mizoguchi, Ivan. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. São Paulo: Pini, 1987. p. 26-31.
- ROVATTI, João Farias. La modernité est ailleurs: « ordre et progrès » dans l'urbanisme d'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981). Vincennes-Saint-Denis: Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade de Paris VIII –, 2001.
- UBATUBA DE FARIA, L. A.; MOACYR, G. P. Atlântida, cidade balnear: anteprojeto de um novo balneário entre Capão da Canoa e Tramandaí. In: Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 30, p. 271-301, out. 1939.
- STROHAECKER, Tania Marques. A urbanização no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuição para a gestão urbana ambiental do Município de Capão da Canoa. Porto Alegre: Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto De Geociências - Programa De Pós-Graduação em Geociências, 2007.

Reportagens de jornal:

A URBANIZAÇÃO [sic] das nossas praias balneárias. Correio do Povo. Porto Alegre, 2 jul.1942.

BALNEÁRIOS Marítimos: uma conferência do urbanista Ubatuba de Faria. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 dez. 1943.